

Estudo do Conceito e Percepção de Segurança Alimentar e Nutricional entre os Guarani no Estado de São Paulo



MARTA MARIA AZEVEDO

PESQUISADORA DO NEPO/UNICAMP

ANA MARIA SEGALL CORRÊA

PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE MEDICINA
PREVENTIVA E SOCIAL DA FCM/UNICAMP

MARIA BEATRIZ ROCHA FERREIRA

PROFESSORA COLABORADORA DA FEF/UNICAMP

A proposta de *desenvolvimento de instrumento de avaliação da Insegurança Alimentar. entre povos indígenas no Brasil*, inicialmente estudando algumas aldeias Guarani em SP, baseia-se no sucesso da experiência anterior do grupo de pesquisadores (Segall-Corrêa et al, 2003) e na absoluta necessidade, já expressa em documentos oficiais, de conhecer a situação de Insegurança Alimentar e fome vivida pelos povos indígenas no Brasil. Desta forma, a medida direta da insegurança alimentar entre os indígenas, seus determinantes e suas conseqüências constitui um desafio que precisa ser enfrentado. Seu desenvolvimento permitirá o aprimoramento de métodos e instrumentos de pesquisa que possibilitarão a abordagem do problema em outros povos/etnias do país, subsidiando, conseqüentemente, os gestores públicos em seu esforço de formular políticas e ações

voltadas para a melhoria das condições de vida e saúde dos povos indígenas brasileiros.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é entendida no Brasil como “a realização do direito humano a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais e sendo sustentável do ponto de vista socioeconômico e agroecológico” (CONSEA, 2004). A Insegurança Alimentar (I.A.) é a negação daquele direito e pode-se apresentar em diferentes níveis, sendo a desnutrição uma conseqüência de seus níveis mais avançados. A desnutrição limita o potencial dos indivíduos. Dependendo de sua intensidade, pode comprometer de maneira irreversível o desenvolvimento mental, físico e social (ZÚÑIGA et alli, 2003). Ela ainda persiste em algumas regiões do país, especialmente no nordeste rural e atinge mais, entre os adultos, as mulheres jovens. (MONTEIRO, 2000).

Informações sobre problemas nutricionais de populações específicas, como quilombolas, indígenas, assentados, acampados, catadores de lixo e moradores de rua, são pontuais e descontínuas ou ainda, não desagregadas segundo essas etnias ou grupos (CAPELLI e KOIFMAN, 2001; COIMBRA JR e SANTOS, 2001; FUNASA, 2005). Alguns estudos específicos indicam serem essas as populações mais vitimadas pelas desigualdades sociais observadas no Brasil e, entre elas, deve-se destacar a situação dos povos indígenas em que a desnutrição chega a atingir 55% das crianças.

ESCOBAR, SANTOS E COIMBRA JR. (2003) apontam para elevadas frequências de desnutrição crônica em crianças indígenas Pakaanóva (Wari') em Rondônia, muito superiores às médias para a população brasileira. Ainda afirmam que a realização de um maior número de investigações sobre as condições nutricionais dos povos indígenas, bem como a incorporação e consolidação de rotinas de avaliação no âmbito dos serviços, precisam ser estimuladas. (RIBAS et alli, 2001). Isoladamente, estas informações sobre estado nutricional não seriam suficientes para entender a complexidade dos problemas vividos por esses grupos. É do conhecimento geral, por

exemplo, a coexistência de obesidade entre adultos e desnutrição infantil entre as sociedades indígenas (GUGELMIN e SANTOS, 2001), tanto uma como outra constituindo, de fato, dimensões diferentes da I.A. A medida direta da I.A. entre os indígenas, seus determinantes e suas conseqüências constituem desafios que precisam ser estudados.

Segundo “O mapa da fome entre os Povos Indígenas no Brasil” (INESC-ANAÍ/BA, 1995), a fome é uma realidade para muitos. Nesse estudo, identificou-se que cerca de 35% das terras indígenas apresentavam problemas de sustentabilidade alimentar e que a fome atingia qualitativa e quantitativamente proporções variadas de seus habitantes. (CGPAN, 2005).

A transição epidemiológica no campo da nutrição também está associada a modificações mais gerais nos ecossistemas de vida coletiva tais como habitação e saneamento, níveis de ocupação, aquisição de novo estilo de vida, entre outros. Nesse contexto, deve-se destacar o crescente aumento do sobrepeso e obesidade ligados a mudanças na qualidade da alimentação e em estilo de vida cada vez mais sedentário. Entre populações indígenas tem sido observado que modificações no manejo agrícola, na atividade física, nas formas de produção e nos hábitos de consumo caracterizam um quadro de transição nutricional, com risco de percorrer a mesma trajetória da nossa sociedade não - indígena (CGPAN, 2005).

A pesquisa que estamos desenvolvendo investiga a percepção da Insegurança Alimentar, condições e eventos a ela relacionados, entre os Guarani em SP, especificamente em quatro comunidades, três terras indígenas e um bairro guarani na cidade de Itanhaém. A pesquisa parte da idéia de que é possível e necessário estruturar um instrumento de avaliação da I.A. que seja acessível e baseado nas concepções próprias dos Guarani sobre esse tema. Ao mesmo tempo esse instrumento de mensuração possibilitará novas investigações com o intuito de adequar métodos e instrumentos de avaliação da IA, adequados, também, a outras populações indígenas.

Povos Indígenas no Brasil

Os povos indígenas no Brasil, no que diz respeito à situação das terras e territórios, têm atualmente duas situações distintas: a) povos indígenas que habitam a região da Amazônia Legal, e b) aqueles cujos territórios estão localizados fora da Amazônia, no Nordeste, Sudeste, Sul e sul da região Centro-Oeste. Os povos situados na Amazônia possuem seus territórios demarcados ou fase de demarcação recentemente e se beneficiaram da nova Constituição Brasileira, que reconhece aos índios os direitos originários sobre os territórios que ocupam. Portanto, esses processos de demarcação incluíram não só os núcleos ou aldeias como também as áreas de pesca, coleta, caça, e áreas para plantios diversos. Os povos indígenas que se localizam fora da Amazônia tiveram suas aldeias demarcadas ainda a partir de uma concepção anterior à Constituição de 1988, ou seja, tiveram somente os núcleos ou aldeias demarcadas, deixando fora de seus territórios as áreas para agricultura e outras atividades econômicas tradicionais. Com isso é possível verificar que além das enormes diferenças que fundam a sócio-diversidade dos povos indígenas no Brasil, a situação das terras e reservas também pode influenciar a qualidade de vida, e portanto, a segurança alimentar dessas populações.

O enfoque do trabalho está baseado no respeito pelas concepções próprias dos povos indígenas, no caso dos Guarani, com relação ao tema da segurança alimentar e temas relacionados, como a construção do corpo, atividades físicas, organização social, política, formas de assentamento, de produção e subsistência; cada povo, grupo social, comunidade, etnia, tem suas próprias visões sobre a questão da saúde e alimentação, e tem suas próprias maneiras de lidar com a questão da fome, bem como perceber e avaliar a situação da segurança alimentar de suas famílias. O objetivo desse estudo situa-se, portanto, no campo interdisciplinar das: Saúde Coletiva, Epidemiologia, Nutrição, Antropologia, Educação Física, História e Demografia.

Quem são os Guarani

Nos séculos XVI e XVII, eram chamados de “guaranis” todos os grupos falantes dessa língua que se encontravam desde a costa atlântica no Brasil, até o Paraguai. Os viajantes e cronistas do período colonial, tanto no Paraguai quanto no Brasil, já haviam notado que a língua falada por uma série de grupos e aldeias diferentes era a mesma, inteligível entre eles. Enquanto os espanhóis denominavam esses grupos de “guarani”, os portugueses muitas vezes denominavam os assentamentos já contatados de ‘carijós’, e, embora pertencendo ao mesmo grande grupo lingüístico, eram tomados como grupos distintos. Esse grande território guarani dos dois primeiros séculos da colonização ia desde as margens do rio Paraguai, na altura de Assunção, até o litoral do Rio de Janeiro, onde começava o território dos Tupinambá e Tupiniquim; e desde a região ao sul do rio Paranapanema e do Pantanal até o delta do rio da Prata, na região de Buenos Aires (Ladeira, M.I., 2001).

Já nos séculos seguintes, XVIII e XIX, os grupos Guarani, que não se submeteram às missões jesuíticas ou aos regimes de trabalho escravo dos aldeamentos espanhóis ou aos bandeirantes portugueses, refugiaram-se nas matas das regiões da fronteira atual entre Brasil e Paraguai na altura do Mato Grosso do Sul e Paraná (*informações extraídas do verbete Guarani, escrito por Maria Inês Ladeira, para a Enciclopédia Povos Indígenas on line, no site do Instituto Socioambiental, acessado em 25/01/2008*). Esses Guarani aparecem na literatura como sendo os *Ka’ayguá*, ou ‘habitantes do mato’. Posteriormente vão dar origem aos três grandes diferentes sub-grupos guarani atuais: Kaiowá, Nandeva (também chamados no Paraguai de Xiripá) e Mbyá.

A partir de meados do século XX, os estudos etnográficos permitiram maior conhecimento sobre as especificidades lingüísticas, religiosas, políticas e sobre a cultura material guarani, definindo as bases para a classificação ainda vigente dos subgrupos. O território atualmente ocupado pelos Mbya, Nandeva (Xiripa) e Kaiowa, grupos Guarani que se encontram hoje no Brasil, compreende partes do Brasil, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Na região oriental do Paraguai, os Kaiowa e os Nandéva/Xiripa são conhecidos respectivamente

por Pai Tavyterã e Ava-Xiripa. Outros grupos Guarani – Guajaki, Tapiete e os conhecidos por Guarayos, Chiriguano também são encontrados no Paraguai e na Bolívia.

No estado de São Paulo encontram-se os grupos Ñandeva e Mbya, e, mais recentemente, os auto-denominados Tupi ou Tupi-Guarani, que são também descendentes ou conectados por parentesco com os Ñandeva. Na região do litoral do estado encontram-se cerca de uma centena de *Tekoha* (literalmente: lugar onde se realiza nosso jeito de ser) entre áreas demarcadas, em estudo e somente demandadas. São núcleos de habitação mais permanente (em geral Ñandeva e/ou Tupi-Guarani) e núcleos onde moram algumas famílias e outras residem por 1 ou 2 anos e seguem ‘viagem’. No caso dos Mbya a dinâmica das relações sociais está estruturada na prática do *Oguatá* (literalmente: andar ou viajar) (Ladeira, M.I., 2001).

As comunidades com as quais estamos trabalhando são as seguintes:

a) Rio Branco:

A Terra Indígena Rio Branco - *Tekoha Yyti* - possui 2.856 hectares, está localizada nos municípios de Itanhaém, São Paulo e São Vicente. Rio Branco teve sua origem no início do século XX com a chegada de famílias mbyá do sudeste Paraguaio e nordeste Argentino. Nos anos 60, o Sr. José de Oliveira dos Santos (Capitão Zezinho), pertencente ao grupo majoritário e filho de Francisco de Oliveira originário do Paraguai, chefiava a aldeia (AZANHA, 1988). Nessa mesma década houve uma dispersão em que uma parte do grupo migrou para as aldeias da Barragem e Krucutu situadas no município de São Paulo, e uma outra parte foi para aldeia Boa Vista, em Ubatuba. Assim, se estruturou uma rede de relações de parentesco e troca entre as aldeias de São Paulo com aldeia de Rio Branco, onde famílias vão buscar os recursos naturais para elaboração de artesanatos (CTI, 2005).

Uma nova onda migratória de famílias provenientes do Paraná chegam na década de 70. Pedro Benito (Pedro Ribeiro da Silva) se fixa na aldeia onde já morava seu sogro Zé

Grande (José Vitoriano). Essa aldeia incide parcialmente no Parque Estadual da Serra do Mar uma unidade de conservação ambiental e é atravessada pelo rio Branco, que divide a área em dois núcleos. A população de Rio Branco é de cerca de 40 famílias, de acordo com a Funasa, pólo de Mongaguá.

A situação jurídica dessa Terra Indígena está homologada e registrada. O processo de demarcação de Rio Branco foi impulsionado pela Aguaí – Ação Guarani Indígena, uma associação das aldeias indígenas do litoral sul, litoral norte e da capital liderada pelo cacique José Fernandes.

b) Ribeirão Silveira (ou Rio Silveira):

A aldeia de Rio Silveira também incide parcialmente no Parque Estadual da Serra do Mar; a área ocupada é de 8.500 ha nos municípios de São Sebastião, Salesópolis e Bertioga. A população é composta pelo grupo Mbyá proveniente do sul do país, e Ñandeva, do litoral sul paulista. De acordo com a FUNASA, em 2007, a população era de cerca de 400 pessoas, distribuídas em cinco núcleos ou grupos locais diferentes. Sua situação jurídica atual é regularizada (identificada) e homologada.

A origem dessa área remonta aos anos 40, com a chegada de Miguel e sua família (Mbyá que se deslocaram do Sul do país). Com seu falecimento cerca de 6 anos depois sua esposa Maria Carvalho migra para as aldeias do Rio de Janeiro e Espírito Santo e Pedro assume a liderança. Assim a aldeia passou a agregar grupos ñandeva provenientes do litoral sul paulista e um outro grupo mbyá da região Sul. Nos anos 60, logo após a morte de Pedro e tomada da liderança de seu filho Gumercindo, os conflitos entre os Mbyá e Ñandeva se intensificam e muitos Mbyá migram para Ubatuba. Em 1977, Gumercindo falece e o Samuel Bento dos Santos (Ñandeva), casado com uma Mbyá, assume a liderança gozando de um grande prestígio inclusive nas aldeias vizinhas.

c) Piaçagüera:

A formação desse *Tekoha* ocorreu no ano 2000, quando algumas famílias originárias da Aldeinha e da Aldeia Bananal, onde tinha ocorrido um confronto entre caciques que dividiu a aldeia, ocuparam o local que sediava a antiga aldeia denominada São João da Boa Vista. Essa aldeia foi formada pelo grupo Ñandeva, e atualmente se auto-identifica como Tupi-Guarani.

A TI de Piaçaguera está em processo de demarcação; posseiros e mineradores contestam a legitimidade da ocupação. Atualmente a aldeia está sob ameaça da exploração de recursos minerais e por um projeto de construção de um grande porto na região. O grupo pretende uma área de 2.795 ha, próxima ao rio Bananal e à aldeia do mesmo nome, nos municípios de Peruíbe e Itanhaém. Essa terra tem cerca de 3,5 km de praia e está dividida pela Rodovia Rio-Santos em 2 glebas. Sua população é de 140 pessoas em 2005 segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo.

d) Aldeinha:

A comunidade de Aldeinha - *Tekoha Nhandé-Porã* - está localizada na área urbana de Itanhaém, no bairro Jardim Coronel. Ocupam, há cerca de 40 anos, um lote que foi doado para D. Alice, atual mãe do cacique do grupo local. A comunidade é formada por uma única família extensa (12 famílias nucleares) do grupo Guarani Ñandeva (Tupi-Guarani) com cerca de 60 pessoas.

A renda da comunidade vem da comercialização de artesanato, palmito, da produção reduzida de plantas tradicionais e eventuais trabalhos na construção civil e roças da região. As crianças freqüentam escolas regulares, mas são vítimas de preconceitos. Por isso, o grupo reivindica uma escola na aldeia e alfabetização em Tupi-Guarani.

Referências

- AZANHA, Gilberto e LADEIRA, M. Inês. *Os índios da serra do mar. Centro de Trabalho Indigenista / Nova Stella Editorial, São Paulo, 1988.*
- BRAGA NETO, José A.; MORAES, Thays S. e SKOWRONSKI, Leandro. – 2003 – “*Reflexões Nutricionais sobre a alimentação dos índios Kaiowá e Guarani de Caarapó/MS – algumas preparações características*”. In Revista Tellus, Editora Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul.
- CAPELLI JCS, KOIFMAN S. Avaliação do estado Nutricional da comunidade indígena Parkatêjê, Bom Jesus do Tocantins, Pará, Brasil. *Cad. Saúde Pública* ; 2001;RJ,17(2): 433-437,mar-abr.
- Centro de Trabalho Indigenista. *Terras Guarani no Litoral. Centro de Trabalho Indigenista. São Paulo, 2006.* Disponível em <http://www.trabalhoindigenista.org.br> [25/01/08]
- CGPAN/MS -*Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição.* [Acesso em 20 jul 2005]. Disponível em http://dtr2004.saude.gov.br/nutricao/povos_indigenas.php.
- COIMBRA JR. CEA, SANTOS RV. Saúde e desigualdades: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Ciências e saúde coletiva*; 2000; 5 (1):125-132.
- Comissão Pró-Índio do Estado de São Paulo. *Situação Fundiária e Informações Gerais.* Disponível em www.cpisp.org.br [25/01/2008]; São Paulo 2007.
- ESCOBAR AL, SANTOS RV, COIMBRA JR. CEA. Avaliação Nutricional de crianças indígenas pakaanóva (Wari'), Rondônia, Brasil. *Rev.Bras. Saúde Matern. Infantil* 2003; 3(4): 457-461;out./dez.
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. 100 Anos de Saúde pública. A visão da FUNASA. *Atenção à Saúde Indígena.* [Acesso em 19 jul.2005]. Disponível em : <http://www.funasa.gov.br/publicações>.
- GUGELMIN SA, SANTOS RV. Ecologia humana e antropometria nutricional de adultos Xavánte, Mato Grosso, Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2001; 17(2)-313-322,mar-abr.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma política de segurança alimentar para o Brasil.* São Paulo, 2001.
- LADEIRA, M. Inês. *Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso.* Tese de doutorado em Geografia, São Paulo, USP, 2001, mimeo.

- LADEIRA, M. Inês e FELIPIM, Adriana. Teko Mbaraeterã – *fortalecendo nosso verdadeiro modo de ser*. Centro de Trabalho Indigenista, São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.trabalhoindigenista.org.br> [25/01/2008]
- LEITE, Maurício S. – 2007 – *Transformação e Persistência: Antropologia da Alimentação e Nutrição em uma sociedade indígena amazônica*. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Mapa da Fome entre os Povos Indígenas. Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida* – Secretaria Nacional; INESC; PETI; ANAÍ/BA, 1995.
- MONTEIRO CA. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil, *Estudos Avançados*, 17(48), São Paulo, 2003.
- Panigassi G, Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Pérez-Escamilla R, Sampaio MdFA, Maranhã LK. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. *Cadernos de Saúde Pública* 2008;24:2376-2384.
- RIBAS D. L. B., SGANZERIA A., ZORZATTO JR., PLILIPPI S. T.. Nutrição e Saúde Infantil em uma comunidade indígena Terena, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2001;17(2):323-331 mar-abr.
- RICARDO, C. A. *Povos Indígenas do Brasil 2001-2005*. Instituto Socio-ambiental, São Paulo, 2006.
- Perez-Escamilla R, Segall-Correa AM, Kurdian Maranhã L, Sampaio Md Mde F, Marin-Leon L, Panigassi G. An adapted version of the U.S. Department of Agriculture Food Insecurity module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil. *J Nutr.* 2004;134:1923-8
- Segall-Corrêa AM, Panigassi G, Sampaio M, Marin-León L, Pérez-Escamilla R. Validación de instrumento de medida de la inseguridad alimentaria y hambre, em el contexto de las políticas brasileñas de combate el hambre. *Perspectivas en Nutrición Humana* 2007;2:p.89 - 102.
- VALENTE FLS. *Direito Humano à Alimentação – desafios e conquistas*. 1ª ed. São Paulo, Cortez Editora., 272 pg. 2002
- VALENTE FLS. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. *Rev. Saúde e Sociedade*. V.12 Nº1 jan-jul 2003
- ZÚÑIGA, M.C.C.; FRITSCH, H.M.; VILLA, A.R.; SOTO, N.G.; Alta prevalencia de desnutrición en La Población Infantil Indígena Mexicana. Encuesta Nacional de Nutrición 1999. *Rev. Esp. Salud. Pública*. Nº2 vol.77: 245-255- marzo-abril.2003.